

## O AVANÇO DO POVOAMENTO PARA AS FRONTEIRAS DEFINITIVAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA DO PERÍODO COLONIAL AOS NOSSOS DIAS

João Renôr Ferreira de Carvalho

 <http://lattes.cnpq.br/8360873618165738>

### Transcrição

Thiago Oliveira Neto  

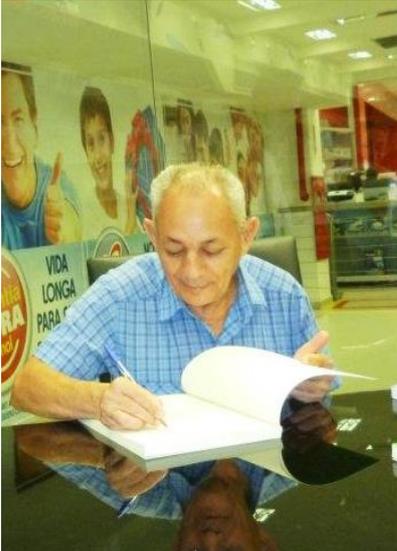


Imagem de Roberto Monteiro de Oliveira em 07/07/2012.

**João Renôr Ferreira de Carvalho** nasceu na cidade de Riachão, no sul do Maranhão, em 01 de maio de 1944\*. “Filho de um agricultor sem-terra e de uma mãe analfabeta descendente do povo indígena Timbira”. Graduiu-se em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Recife, entre 1967 e 1972. Posteriormente, concluiu o mestrado em Geografia Humana (1973-1975) na Universidade de Paris I, na França, sob a orientação de Michel Rochefort, e obteve o doutorado em Geografia Humana (1975-1979) pela Universidade de Paris III, sob a orientação de Pierre Monbeig. João Renôr foi professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) de 1977 a 1987, Universidade Federal do Maranhão (UFMA – 1988-1999/2000-2016), foi Reitor da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP 1995-1999), posteriormente, aposentou-se como professor titular do Departamento de Geografia e História da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Faleceu em São Luís, Maranhão, em 20 de março de 2016†

### Introdução

A partir do século XVII, a Amazônia Brasileira tem uma história de povoamento lusitano e uma história de fronteira. O avanço do povoamento para as fronteiras definitivas hoje conhecidas é uma consequência lógica do desenvolvimento do conceito de fronteira que o governo colonial português tinha formulado antes mesmo do século XVII. Foi, entretanto, durante aquele século que este conceito evoluiu sucessivamente de uma noção fluvial para uma noção de espaço territorial alargado. Em seguida, este mesmo conceito evoluiu de uma noção de fronteira política para uma noção de fronteira humana e justamente no século XVII.

A riquíssima e abundante documentação manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, tem entre variada documentação vários relatórios de viagens dos militares portugueses e mapas da região amazônica desse período, quando os portugueses já começavam a considerar como fronteiras de suas possessões todas as terras habitação das tribos aliadas e submetidas à vassalagem ao Rei. Em 1695, o capitão Antônio de Miranda invejou ao Conselho Ultramarino um relatório de sua missão

## **O AVANÇO DO POVOAMENTO PARA AS FRONTEIRAS DEFINITIVAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA DO PERÍODO COLONIAL AOS NOSSOS DIAS**

às terras dos índios CAMBEBAS, no alto Solimões e às terras dos MANÁOS do Rio Negro, para onde ele havia sido enviado com a finalidade de estabelecer um pacto de amizade com essas tribos em nome do Rei de Portugal.

Em 1697, o Governador do Estado do Maranhão Grão Para, Antônio de Albuquerque Coelho, visitou as mesmas nações indígenas para confirmar com elas a aliança de amizade.

O General Comes Freire de Andrade residindo em Lisboa, em 1695, ao dar um parecer em matéria que lhe reitera o Conselho Ultramarino sobre o pacto de amizade com os índios visitados pelo Capitão Antônio de Miranda escreveu o seguinte: "Os índios amigos dos portugueses são as muralhas do sertão"<sup>1</sup>.

Foi, portanto, através da dinâmica da evolução dos fatos históricos que a noção de fronteira na Amazônia evoluiu ao longo de três séculos. No início da colonização, a ideia de fronteira geográfica era ainda um conceito vago para os primeiros portugueses enviados para povoar a Amazônia Brasileira. Quando o poder central sediado no Reino tomou consciência da importância dos índios como aliados em potencial e sobretudo como mão de obra indispensável aos serviços de coleta das especiarias da floresta amazônica e como pescadores nos rios, os primeiros dirigentes portugueses aqui chegados admitiram e formularam um conceito de "fronteira humana". E quando, no século XVIII, compreenderam que o espaço amazônico tinha imensas possibilidades econômicas, conceberam automaticamente um outro conceito de fronteira. A fronteira passou a ser concebida como um espaço possível de transformar-se em posse territorial através da conquista militar. Foi neste momento, durante o século XVIII que os portugueses realizaram na Amazônia o grande alargamento das fronteiras territoriais pela conquista militar. Não foi ao azar que os maiores conflitos internos com os indígenas da região amazônica ocorreram exatamente no século XVIII. Neste século (séc. XVIII) registram-se, entre outros conflitos armados alguns que mais se evidenciaram: Guerra contra os AROAN da Ilha de Marajó, Guerra contra os MANÁOS e MAYAPENA, do alto Rio Negro, guerras intermitentes entre 1718 até 1789 contra os MURA do Rio da Madeira, somente para citar os conflitos mais importantes do século XVIII.

Basta que se observe um conjunto de mapas da região no período compreendido entre 1560 (um mapa espanhol) até 1788 para que se tenha uma noção do processo de alargamento de fronteiras que foram condicionais a través das conquistas militares dos portugueses que atuam na Amazônia.

---

<sup>1</sup> Cf. NABUCO, Joaquim. O Direito do Brasil. 1903, p. 96.

## O AVANÇO DO POVOAMENTO PARA AS FRONTEIRAS DEFINITIVAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA DO PERÍODO COLONIAL AOS NOSSOS DIAS

### 11. REFERÊNCIAS SOBRE ALGUNS MAPAS:

1. Joaquim Nabuco, em seu trabalho: "O Direito do Brasil" publicado em Paris em 1903, reproduziu no atlas que acompanha a sua defesa sobre o direito do Brasil um mapa espanhol do ano de 1560 onde já estão assinalados os rios Solimões e Negro. Os Portugueses tiveram conhecimento desse mapa do século XVI<sup>2</sup>.

2. Há também um mapa feito pelo Padre Samuel Fritz em 1707 que mostra todos os estabelecimentos missionários dos jesuítas espanhóis e portugueses nos rios da bacia amazônica. Este mapa mostra as povoações estabelecidas pelos portugueses bem como os nomes das tribos que já estavam sob o controle da administração lusitana: Os Índios TARUMÃS, no Rio Negro; os Índios MAYAPENAS, no Rio Negro; os Índios MABURES (Maués) assinalados na área do rio Madeira e os Índios CAMBEBAS, no alto Solimões.

3. Nabuco também reproduziu em seu atlas um mapa de 1749 que serviu de base para a fixação dos limites dos terrenos das duas coroas: Lisboa e Madrid. Neste mapa se mostram as povoações de portugueses no vale do Rio Negro com uma expansão além da embocadura do Rio Branco e até às cachoeiras do Rio Negro. (Este mapa foi chamado de "O mapa das Cortes").

4. Em 1775, o Ouvidor da Capitania de São José do Rio Negro, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, após ter percorrido toda a Capitania estabeleceu um mapa de todas as povoações da calha do Rio Negro. Em seu mapa, vê-se que os Portugueses estavam estabelecidos acima da cachoeira de São Gabriel. Em São Gabriel se construiu em 1775 uma fortaleza para barrar possíveis avanços fronteiriços espanhóis.

5. Em 1781, o engenheiro militar Almeida SERRA fez um mapa mostrando povoações de portugueses no Rio Branco. Neste mapa está assinalada a povoação N.S. do Carmo, no alto Rio Branco.

Esses mapas e tantos outros reproduzidos no atlas de Joaquim Nabuco mostram que ao longo de dois séculos os portugueses mudaram várias vezes seu conceito de fronteira, evoluindo da ideia geográfica de fronteira física para o conceito de fronteira humana e evoluindo para o conceito de fronteira política (direito de posse) com os tratados de Madrid (1750) e de Santo Ildefonso (1777). Por este último tratado de limites

---

<sup>2</sup> Não só este mapa de 1560 foi reproduzido por Nabuco em 1903, como muitos outros que davam uma noção do espaço amazônico e das populações indígenas distribuídas ao longo de imensos rios da região. Para uma consulta mais detalhada sobre esses mapas, veja-se o trabalho de Nabuco: "*Le Droit du Brésil*", Paris, 1903. *Questions de Limites du Brésil et de la Guyane française*. Ducourtioux et Huillard Craveurs Imprimeurs, Paris. 1903.

## **O AVANÇO DO POVOAMENTO PARA AS FRONTEIRAS DEFINITIVAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA DO PERÍODO COLONIAL AOS NOSSOS DIAS**

as duas Coroas (Lisboa e Madrid) concordaram em estabelecer suas fronteiras territoriais na América do Sul.

### **III. POLÍTICAS DE FORTALEZAS E EXPANSIONISMO NO SÉCULO XVIII. PORTUGUES**

O que se pode denominar aqui de "Política de Fortalezas" é a política expansionista de Portugal em direção ao Oeste da Amazônia<sup>3</sup>.

Na realidade, a consolidação do poder de Portugal sobre o imenso espaço amazônico implicava sempre na eliminação do perigo de toda e qualquer possibilidade da presença estrangeira neste espaço. E dentro desta ótica lusitana, a construção de fortalezas em todos os pontos estratégicos da Região Amazônica representava para o Governo de Lisboa uma garantia contra as ameaças de invasões estrangeiras.

Nas zonas definidas como fronteira política após o tratado de Santo Ildefonso e nas embocaduras dos principais rios da bacia amazônica, ou seja, aquelas áreas estratégicas que poderiam representar possibilidades de penetração estrangeira, o Governo português mandou construir fortalezas e Casas Fortes munidas permanente de armamentos e guarnecidas por militares de carreira.

### **IV. O EPISÓDIO DA GUERRA CONTRA AJURICABA VISTO SOB O ÂNGULO DO CONCEITO DE "fronteira humana".**

A guerra que foi movida contra os índios Manáos e seu chefe Ajuricaba nos anos de 1723 até 1730 ainda é pouco conhecida pelos historiadores brasileiros bora seja bastante conhecida na tradição oral entre em 06 populações caboclas da Amazônia Ocidental. Todo o espaço compreendido da foz do Rio Negro até as últimas cachoeiras e ao longo do vale do Rio Branco era povoado por três grandes nações: BARES, MAYAPENAS MANÁOS.

Os Manáos, mais numerosos e mais organizados socialmente, detinham a liderança com relação às demais nações do vale. Não aceitaram a avassalagem ao Rei de Portugal e fizeram a guerra combativa de resistência à dominação territorial dos

---

<sup>3</sup> O autor Samuel Benchimol em seu livro "Amazônia: Um Pouco-Antes e Além-Depois", páginas 591/592, afirma que a expansão portuguesa para o Oeste Amazônico atingiu o Peru no início do século XVII. Segundo Samuel Benchimol, um recenseamento realizado em Lima no ano de 1649 constatou a presença de 6.000 portugueses inseridos num conjunto de 11.500 brancos. Entre os esses portugueses muitos dos quais eram cristãos novos destacaram-se os chamados "Peruleiros-luso-paraenses; que controlavam o comércio em Lima.

## **O AVANÇO DO POVOAMENTO PARA AS FRONTEIRAS DEFINITIVAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA DO PERÍODO COLONIAL AOS NOSSOS DIAS**

portugueses que avançaram sobre o vale do Rio Negro, desde os fins do século XVII. Nos primeiros anos de contato com os brancos procedentes Belém e de São Luís os Manáos não os hostilizaram e de até admitiram fazer alianças de amizade com os portugueses, mas o estabeleceram sistematicamente aos "resgates" praticados pelas tropas de resgate chefiadas pelo Capitão João Paes do Amaral e por Belchior Mendes de Moraes<sup>4</sup>.

Os portugueses estimulavam a guerra intertribal com o objetivo de comprar os prisioneiros capturados pela tribo vencedora das guerras. O compromisso de vassalagem implicava também no comprometimento de vender aos portugueses os escravos de guerra em aos Manáos não aceitaram fazer caso tipo de compromisso de fazer "resgate" para os Portugueses. Foi esta e grande acusação que se faz aos chefes Manáos e Mayapenas, justificando, assim, a guerra justa sob o pretexto de traição por parte de Ajuricaba e seus aliados Mayapenas,

Em particular, o chefe Ajuricaba que também via celebrar uma aliança de amizade com os portugueses, decidiu-se a efetuar "resgates" exigidos pelo Governador do Estado do Maranhão, João da Maya da Game, No contexto da época e conforme o conceito de fronteira feita pelos portugueses, a recusa de Ajuricaba em fazer os resgates exigidas pelo Governador fez simplesmente um bloqueio aos objetivos expansionistas da fronteira humana de Portugal no vale do Rio Negro, Em 1728, o Rei Dom João V autorizou no Governador do Maranhão, a mover guerra justa contra Ajuricaba e seus aliados Mayapenas. Foi uma guerra cujo resultado foi o aprisionamento de Ajuricaba e de mais de 2.000 homens do exército de Ajuricaba. Esses prisioneiros foram conduzidos a Belém e leiloados em praça pública como era de praxe naquele tempo.

O vale do Rio Negro foi despovoado com esta guerra de extermínio. Um grande percentual da base numa na do vale foi também deslocado para outras regiões e estes fatos de guerra e remanejamentos de populações tiveram consequências nefastas até os dias de hoje<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Na Biblioteca Setorial da CEDEAM existe um importante manuscrito (reproduzido em fotografia 24 X 305 de datado de 1726 com o título de "Regimento de Tropas de Guerra e Resgates no Rio Negro 1726" Referência Ms.3.6 (Am)JML AHUL, 1726. Este documento é o Regimento que foi passado pelo Governador do Estado do Maranhão para o capitão João Paes do Amaral que subiu ao Rio Negro para fazer a "guerra justa" contra os Manáos e Mayapenas, foi passado em Belém no dia 7 de dezembro de 1726.

Na Biblioteca e Arquivo Público do Pará há o código n.º 907 que contém um regimento de Tropa de Resgate passado por João da Maya da Cama no sesto capitão Amaral no dia 12 de março de 1725, contendo 32 artigos normatizando a guerra contra os Manáos do alto Rio Negro, O Regimento de 1726, semelhante ao de 1725.

<sup>5</sup> Sobre a guerra do Rio Negro no século XVIII existe uma vasta documentação manuscrita no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, notadamente entre os papeis avulsos das Caixas do Maranhão referentes ao período situado entre 1722 e 1730. A carta de Dom João V, datada de

## **O AVANÇO DO POVOAMENTO PARA AS FRONTEIRAS DEFINITIVAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA DO PERÍODO COLONIAL AOS NOSSOS DIAS**

### **V. OS CONCEITOS DE FRONTEIRA E OS PROBLEMAS DA AMAZONIA NA ATUALIDADE.**

O geógrafo Paul CLAVAL (In: *L'étude des frontières et la Géographie Politique*) defende o ponto de vista de que os estudos de fronteira têm grande interesse quando se estuda em profundidade a história de um povo. Claval diz também que é necessário estudar as condições nas quais se formam os limites, a maneira como esses limites evoluem e o significado que os limites passam a ter na Geografia Humana. Para Claval, as fronteiras políticas são muitas vezes artificiais e desprovidas de sentido prático.

"...Certas fronteiras expostas às operações militares, situadas longe dos centros da vida política e econômica encontram-se desprotegidas, enquanto que outras fronteiras atraem as populações e privilegiadamente servem de lugares de reagrupamento de empresas e de atividades industriais ou comerciais". (Cf. Paul Claval, *L'étude des frontières et la Géographie Politique*. Cahiers de Géographie de Québec, Laval, 1974. v.18 n. 43).

Conforme esse autor o sucesso de um grupo humano depende da capacidade que tem esse grupo para explorar o meio e desenvolver suas relações sociais nesse meio.

Com base nessas ideias, verificamos na Amazônia Brasileira o episódio da conquista do Acre pelos nordestinos em 1903. Aquele espaço enquanto fronteira política e militar pertencia à Bolívia. Mas o interesse econômico dos seringueiros empurrou a fronteira brasileira para além do limite estabelecido pelos acordos políticos. A penetração pioneira dos brasileiros que exploravam a seringueira nos territórios da Bolívia ganhou pela ocupação do espaço uma área de 200,000 quilômetros quadrados, cedido cedidos em negociação diplomática pelo Tratado de Petrópolis, em 1903.

No período colonial e sobretudo a partir do século XVIII a noção de limites territoriais corresponde à linha limítrofe do poder do Rei.

Foi muito controvertida a noção de fronteira entre os geopolíticos e entre eles foi Jacques ANCEL que estabeleceu três tipos de fronteira<sup>6</sup>:

#### A - Fronteira Natural (uma ilusão)

---

23 de janeiro de 1728, aprovando a guerra que João da Maya da Gama fizera contra os Manáos foi transcrita e impressa no Tomo II dos Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará (reimpressão de 1968), documento nº 203, página 207.

<sup>6</sup> ANCEL, Jacques. Geopolítica; Bibliothèque d'histoire et de Politique. Biblioteca Delegrave, Paris, 1936.

## **O AVANÇO DO POVOAMENTO PARA AS FRONTEIRAS DEFINITIVAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA DO PERÍODO COLONIAL AOS NOSSOS DIAS**

Jacques Ancel nas suas duas obras clássicas (A Geopolítica, 1936 e Geografia das Fronteiras, 1938) admite a dificuldade de criar-se um conceito de fronteira e diz o seguinte:

"Compreender todas as variações da concepção de fronteira, seria resumir em algumas páginas a história política universal"<sup>7</sup>.

Para Ancel o conceito de fronteira natural na história moderna da Europa não passa de uma ideia artificial de pessoas isoladas.

### **B- Espírito de Fronteira**

Espalhou-se por toda a Europa a noção de fronteira revolucionária comprovada por Ancel e esta noção tomou vulto depois da Revolução Francesa porque nesta época esta noção aparece como sendo a consciência nacional e um conceito de segurança. Foi uma noção que se definiu por contraste da França com seus vizinhos, mas em defesa contra humilhações possíveis.

"Na proporção em que a guerra foi concluída e que a pátria estava em perigo, a noção de fronteira natural se confunde entre o povo com a noção de segurança"<sup>8</sup>.

### **C- Fronteira Espacial ou Fronteira Dinâmica**

Jacques chama-as também de Fronteiras móveis:

"A fronteira é determinada não pela natureza mas pelo homem e, como o homem se transforma, a fronteira não pode ser rígida"<sup>9</sup>.

## **VI. O CASO DA AMAZÔNIA FACE AO CONCEITO DE FRONTEIRA DE JACQUES ANCEL.**

Historicamente pode-se demonstrar que o amazônico é uma experiência "sui generis" e muito original. Nenhum dos três conceitos da geopolítica de Ancel aplicam-se ao caso amazônico porque o conceito de fronteira definido por Ancel diz que:

"fronteira é uma barreira rigorosa que dois grupos de vizinhos se opõem à penetração recíproca"<sup>10</sup>.

Este conceito não corresponde às realidades das fronteiras da Amazônia. O problema do espaço amazônico nos dias de hoje não é mais um problema de definição de fronteira política, já resolvido desde 1750 e 1777 com os Tratados de Madrid e de Santo Ildefonso nas respectivas datas. O problema espacial da Amazônia de hoje é o

---

<sup>7</sup> Geografia das Fronteiras. Librairie Gallimard, Paris, 1938, p.117.

<sup>8</sup> ANCEL, Jacques. Geopolítica das Fronteiras. Paris, 1938. p.48.

<sup>9</sup> Geografia das Fronteiras. Librairie Gallimard, Paris, 1938, p.117.

<sup>10</sup> Geografia das Fronteiras. Librairie Gallimard, Paris, 1938, p.117.

## **O AVANÇO DO POVOAMENTO PARA AS FRONTEIRAS DEFINITIVAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA DO PERÍODO COLONIAL AOS NOSSOS DIAS**

de criação de condições para assegurar as fronteiras da espaciais, humanas, políticas e econômicas já estabelecidas ao longo do século XVIII. Esta problemática sugere-nos que surjam alguns questionamentos fundamentais sobre novas formas de invasão de fronteira da Amazônia de hoje:

- O Pacto Amazônico, por exemplo, não será uma nova estratégia dos países ricos que atua por trás dos signatários do Pacto, com a finalidade de violentar a política de fronteira da Amazônia?

- Não será uma nova estratégia para favorecer uma nova divisão internacional do trabalho em consequência de uma carência espacial do bloco dos países capitalistas?

- O conceito nacional de fronteira territorial na Amazônia dos nove membros do Pacto Amazônico terá algum sentido para o Capitalismo Internacional? Claro que não.

- O Pacto Amazônico não seria na visão do Capitalismo Internacional uma das últimas estratégias para a criação das novas fronteiras econômicas do Ocidente a fim de violar a última fronteira brasileira que tinha sido mantida desde o Brasil Colônia?

- Qual a participação que terá a população da Amazônia e o povo brasileiro em geral na transformação dos espaços físicos, sobretudo porque aos amazônidas com pete opinar sobre o destino de áreas onde vivem?

- Será que as populações da Amazônia serão integradas de forma participativa e ativa nos projetos de utilização do espaço amazônico? Ou ficará este povo sempre à margem ou eliminado ou como está acontecendo, escravizado pelo Capitalismo Internacional? Será que es vai haver a repetição do fato colonial, quando os Manáos, Barés, Mayapenas, Aroans, Muras, Tapajós e tantos outros povos que habitavam a imensa bacia amazônica foram propositadamente exterminados para dar lugar a uma nova fronteira política?

Essas são as perguntas fundamentais que continuam sem respostas para as populações da Região Amazônica.

### **VII. CONCLUSÃO.**

O estabelecimento das fronteiras da Amazônia Brasileira com as fronteiras dos países vizinhos é o resultado das condições históricas e geográficas da própria região. A bacia fluvial favoreceu o avanço dos Portugueses para o Oeste amazônico permitindo-lhes chegar sem nenhum obstáculo até a cordilheira dos Andes.

O sistema de alianças com as tribos indígenas da Amazônia e a consequente dominação dessas tribos por meio de guerras ou por meio do trabalho dos

## **O AVANÇO DO POVOAMENTO PARA AS FRONTEIRAS DEFINITIVAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA DO PERÍODO COLONIAL AOS NOSSOS DIAS**

assentamentos missionários permitiu aos Portugueses realizar expansão territorial sem precedentes.

A estratégia de construir fortalezas e de aprovisioná-las constantemente com soldados e munições em todos os pontos estratégicos da Amazônia permitiu aos Portugueses exercer um controle absoluto sobre o espaço Amazônico.

Vê-se, portanto, que por todos esses mecanismos criados na Amazônia desde o século XVII, criaram-se também as condições de fixação das fronteiras políticas e culturais do Império Português na América do Sul. diplomacia brasileira herdou da diplomacia colonial A mais importantes tratados de limites sobre fronteiras: o Tratado de Madrid, assinado em 13 de janeiro de 1750 00 Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 19 de outubro de 1777. Os tratados de limites do século XX nada acrescentaram à fronteira definida politicamente no período colonial, salvo no caso do conflito de fronteira com a Boli via em 1903, caso conhecido como a "questão do Acre" na qual o Brasil lançou mão do velho princípio do "Uti Possidetis" herdado da pratica da diplomacia lusitana.

A questão de fronteira da Amazônia Brasileira de hoje deve ser analisada dentro de outros parâmetros diferentes da própria tradição colonial porque os dados da conjuntura mundial são outros e são dados característicos dos novos tempos. O problema de hoje é exclusivo e merece estudo específico. Torna-se necessário avaliar as condições dentro das quais os problemas hoje de fronteira se inserem, porque são problemas inerentes ao conjunto dos países que formam a Amazônia. Assim, o estabelecimento de novas fronteiras da Amazonia depende da nova definição do conceito de fronteira em escala mundial.

Nosso ponto de vista, no entanto, é que o critério para definição de fronteira nos países em via de desenvolvimento deve considerar a capacidade desses países em fazer a conquista econômica de seus espaços nacionais que desde muitos anos atrás já ficaram definidos politicamente. E no caso específico da Amazonia Brasileiro trata-se de uma conquista que cabe à população da Amazônia realizar por si mesma e não movida como meros instrumentos do Capitalismo Internacional. Eis então um novo conceito operacional de fronteira para toda a Amazônia.

### **VIII. RESUMO CRONOLÓGICO DOS TRATADOS DE LIMITES DA AMA ZONIA.**

1713 - 11 de abril - Tratado de Utrecht entre França e Portugal;

1750 - 13 de janeiro - Tratado de Madrid entre Portugal e Espanha;

## **O AVANÇO DO POVOAMENTO PARA AS FRONTEIRAS DEFINITIVAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA DO PERÍODO COLONIAL AOS NOSSOS DIAS**

1777 - 19 de outubro - Tratado de Santo Ildefonso que retificou alguns aspectos do Tratado de Madrid;

### Com as Guianas:

1900 - 10 de dezembro Estabelecimento de limites com a Guiana Francesa. Questão do Amapá. Arbitragem da Suíça;

1903 - Estabelecimento de limites com a Guiana Inglesa. Territórios contestados. Arbitragem da Itália.

1905 - 5 de maio - Estabelecimento de limites com a Guiana na Holandesa. Tratado do Rio de Janeiro;

### Com a Venezuela:

1858 - 5 de maio - Por um tratado de Limites e Navegação assinado em Caracas ficaram estabelecidas as fronteiras no território entre o Monte Roraima e o Rio Memachi;

### Com a Colômbia:

1851 - 23 de outubro - Tratado de Bogotá assinado entre o Brasil e a Colômbia. Os dois países instituíram uma Comissão de Demarcação de Limites, mas os problemas de fronteira ficaram pendentes até o de 1871. ADO

### Com o Peru:

1909 - Houve um tratado de fronteira entre os dois países, mas algumas zonas de limites continuam fusas até os dias de hoje. pai com

### Com a Bolívia:

1903 17 de novembro O conflito armado do Acre entre bolivianos e seringueiros brasileiros levou os representantes do Brasil e Bolívia a assinarem Tratado de Petrópolis. Os nordestinos que trabalhavam na extração de borracha conquistaram da Bolívia superfície de 200.000 Km<sup>2</sup>. O plenipotenenciário brasileiro nesta questão, Barão do Rio Branco, fez valer o velho princípio colonial do "Uti Possidetis". (quem ocupou primeiro é dono).

## **IX. BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL SOBRE PROBLEMAS DE FRONTEIRAS.**

Ordem cronológica da Bibliografia:

1870 - FRANÇA FILHO, Ernesto Ferreira. Apontamentos diplomáticos sobre os limites do Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo 3, parte 2.

1903 - NABUCO, Joaquim. Le Droit du Brésil. Primeiro Mémoire. Atlas acompanhante da Premier Memoire du Brésil, Paris, 1903. (Ducourtioux et Huillard, Graveurs Imprimeurs).

## O AVANÇO DO POVOAMENTO PARA AS FRONTEIRAS DEFINITIVAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA DO PERÍODO COLONIAL AOS NOSSOS DIAS

1905 - VIANA, Arthur. As fortificações da Amazônia; as fortificações do Pará. Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, Belém, 1905. Tomo 4.

1936 - ANCEL, Jacques. Géopolitique - Bibliothèque d'histoire et de politique. Biblioteca Delagrave. Paris, 1936.

1938 - ANCEL, Jacques. Geografia das fronteiras. Biblioteca Gallimard, Paris, 1938.

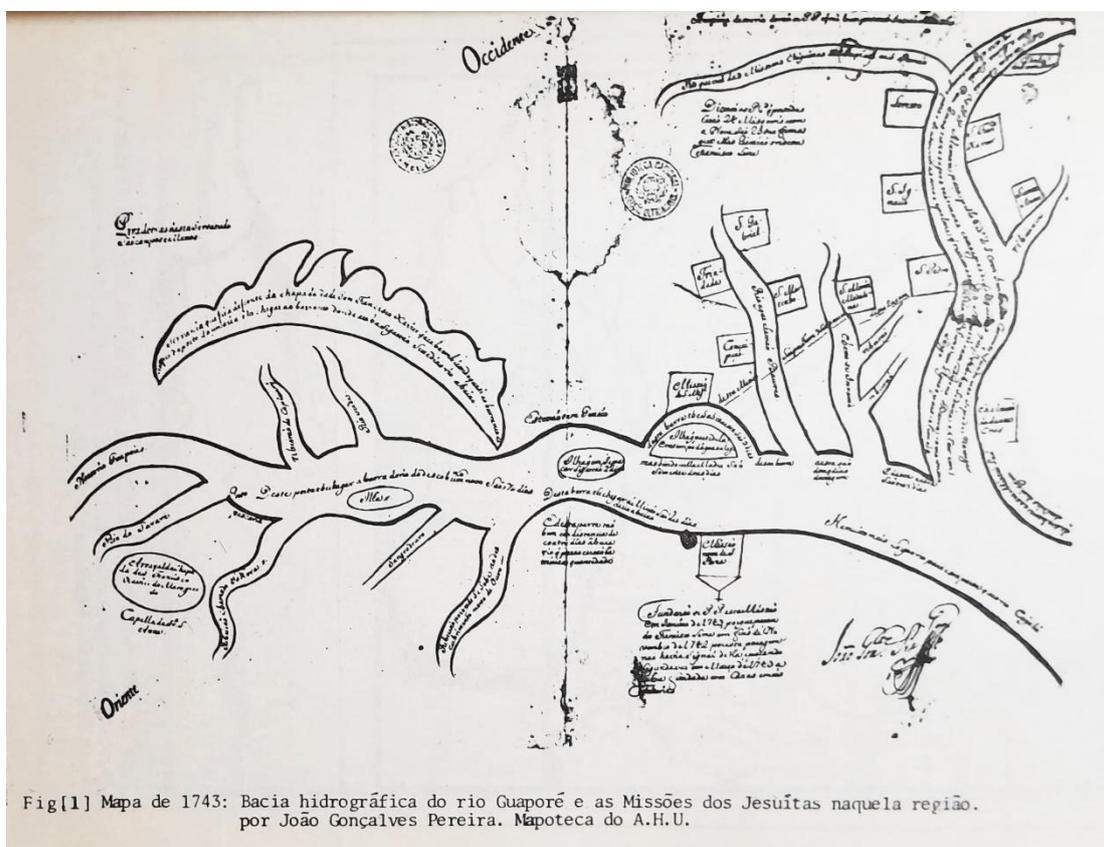
1939 - CARVALHO, Delgado de. Geografia das fronteiras. Revista Brasileira de Geografia. 1(3), 1939.

1942 - LIMA FIGUEIREDO, J. Fronteiras Amazônicas. Revista Brasileira de Geografia, 4(3) jul./set. 1942.

1974 - CLAVAL, Paulo. L'étude des frontières et la Géographie Politique. Cahiers de Géographie de Québec. 18(43) Laval, 1974.

1974 - LACASSE, Jean-Paul. Les nouvelles perspectives de l'étude des frontières politiques: revue de quelques contributions récents. Cahiers de Géographie de Québec. 18(43) avril 1974. Número Especial.

1978 - BENCHIMOL, Samuel. O pacto Amazônico e a Amazônia Conselho Estadual de Cultura do Pará. Belém, 1978.



Fig[1] Mapa de 1743: Bacia hidrográfica do rio Guaporé e as Missões dos Jesuítas naquela região. por João Gonçalves Pereira. Mapoteca do A.H.U.





## O AVANÇO DO POVOAMENTO PARA AS FRONTEIRAS DEFINITIVAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA DO PERÍODO COLONIAL AOS NOSSOS DIAS

